

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.276.047 - PR (2018/0082638-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : ADMINISTRADORA BRASIL DE IMOVEIS LTDA
ADVOGADOS : IGOR FERLIN - PR051164
ALEXANDRE NASCIMENTO HENDGES E OUTRO(S) -
PR056377
AGRAVADO : JOSÉ ROBERTO RUTKOSKI
ADVOGADOS : JONAS GOULART - PR027489
FILIPE KUSS - PR078119

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA TEMPESTIVIDADE RECURSAL. SUPOSTA INDUÇÃO A EQUÍVOCO POR PARTE DO SISTEMA ELETRÔNICO. DEVER DO PROCURADOR DA PARTE DE OBSERVAR O PRAZO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRECEDENTES. SUGERIDA PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA O NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por ADMINISTRADORA BRASIL DE IMOVEIS LTDA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim resumido:

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO DE CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE "PINNUS ELLIOT". INTEMPESTIVIDADE. OCORRÊNCIA. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO APÓS O LAPSO DO PRAZO QUINZENAL. ARTIGO 508 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO (e-STJ fl. 275).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 300/307).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do especial, a agravante, além de apontar dissídio jurisprudencial, alegou que houve ofensa aos arts. 183 e 508 do Código de Processo Civil de 1973 e 5º da Lei nº 11.419/06, sustentando a tempestividade da apelação.

Argumentou que, embora tenha havido a leitura da intimação no dia 25/05/2015, foi induzido a erro pelo sistema eletrônico, uma vez que no dia 10/06/2015, data da interposição, o prazo ainda constava em aberto.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 354/359 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 361/363), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 366/375 (e-STJ).

Impugnação às fls. 380/382 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "*aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

A irresignação não merece prosperar.

A Corte de origem, soberana na análise dos elementos informativos do feito, assentou a intempestividade do recurso de apelação interposto pela ora recorrente, com base nos seguintes fundamentos:

Prevê o artigo 508 do Código de Processo Civil, que a parte tem o prazo de 15 (quinze) dias para interposição da Apelação:

(...)

Em análise ao Sistema Eletrônico Projudi, constata-se que a leitura da intimação realizada pelo Autor foi em 25.05.2015.

Confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

(...)

Desta forma, a leitura da intimação se deu em 25.05.2015 (segunda-feira), iniciando a contagem do prazo no dia útil subsequente, tal seja: 26.05.2015 (terça-feira).

Contados quinze dias do termo inicial, o prazo findou em 09.06.2015.

Compulsando o presente Recurso tem-se que o mesmo foi interposto em 10.06.2015 (fls. 205), após o lapso do prazo recursal, sendo portanto, intempestivo.

Veja-se:

(...)

Veja-se que o Sistema detém credibilidade, sendo por obviedade, que se o Sistema aponta um prazo de 15 dias como termo final.

Merece, também, observância no caso dos autos, o contido no artigo 183, do Código de Processo Civil:

"Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa. "

Pois bem, não houve a comprovação de um justo motivo para a parte não ter protocolado a resposta dentro do prazo.

De acordo o artigo 59 da Lei nº 11.419/2006 que dispõe sobre a informatização do processo judicial:

" As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 20 desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

(grifou-se)

No caso, em 25.05.15 (segunda-feira) foi certificada a leitura da intimação pelo Agravante, iniciando a contagem do prazo recursal no dia útil subsequente, ou seja, dia 26.05.15 (terça-feira).

Superior Tribunal de Justiça

Desta forma, a interposição da Apelação em 10.06.15 ocorreu após o lapso do prazo recursal, vez que findou-se em 09.06.15, sendo portanto, intempestiva.

Neste sentido há entendimento desta Corte:

(...)

Isto posto:

A decisão é para conhecer e negar provimento ao Agravo interno (e-STJ fls. 277/282 - grifos nossos).

No julgamento dos embargos de declaração, o colegiado assinalou, ainda:

No caso, trata-se do processo eletrônico Projudi, que preza pela melhoria na qualidade de atendimento às partes e a facilitação no trabalho dos Procuradores, contudo é necessário verificar que regulamenta a forma por meio da qual as partes exercerão o seu direito de ação disposto no ordenamento vigente.

Alega o Embargante que na data de interposição do recurso o prazo constava no sistema como aberto na "Mesa do Advogado Particular", bem como a opção de "cumprir prazo".

Em que pese suas alegações, o fato de o sistema informatizado não ter anunciado o decurso do prazo do Embargante não caracteriza a tempestividade do protocolo, uma vez que compete ao Procurador a observância dos prazos recursais.

Nesta hipótese, não se pode dizer que a responsabilidade do prazo é do sistema Projudi, haja vista que o correto cômputo dos prazos processuais incumbe ao respectivo Patrono, que não pode se ater exclusivamente à informação de decurso gerada pelo sistema eletrônico.

Confira-se os precedentes deste e. Tribunal de Justiça:

(...)

Ademais, as disposições específicas à informatização do processo judicial têm como finalidade a adequação das normas dispostas no Código de Processo Civil ao procedimento eletrônico.

Com efeito, é a legislação processual civil que deve ser fielmente observada, sendo certo que eventual discrepância ou erro de prazos informados no sistema não são considerados justo motivo para se receber recurso intempestivo.

Portanto, o cumprimento das determinações

Superior Tribunal de Justiça

judiciais obedecerá aos procedimentos eletrônicos, mas sempre em consonância com a legislação vigente.

Cabe ao advogado constituído nos autos, acompanhar e verificar a data do início e de término dos prazos processuais, não lhe socorrendo eventual indicação errônea no sistema do processo eletrônico.

Neste pensar, ainda que possa ter sido induzido em erro, ainda assim, a responsabilidade pela contagem do prazo permanece com o profissional de direito.

Não ocorre omissão, contradição, obscuridade ou erro material no decisum.

O que busca o Embargante é rediscutir matéria que lhe foi desfavorável. Contudo, a pretensão não encontra seara saudável em sede de Embargos de Declaração.

Nesta linha, rejeita-se os presentes Embargos de Declaração (e-STJ fls. 304/307 - grifos nossos).

Nesse contexto, o acórdão recorrido está em sintonia com a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, como se infere a seguir:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL. NÃO COMPROVAÇÃO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ART. 1.003, § 6º, DO CPC/2015. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA MANTIDA.

1. Hipótese em que a parte recorrente foi intimada da decisão agravada em 29.10.2018, sendo o agravo em recurso especial somente interposto em 26.11.2018.

2. O recurso é manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, caput, e 219, caput, todos do Código de Processo Civil.

3. Nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

4. Suposto erro ocorrido no sistema eletrônico do Tribunal de origem não justifica a intempestividade do apelo, pois cabe ao procurador da parte diligenciar pela observância do prazo legal estabelecido na legislação vigente. Precedente.

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1805589/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 24/09/2019 - grifo nosso)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE.

1. É intempestivo o agravo em recurso especial fazendário interposto depois de escoado o prazo de 30 dias úteis contados da regular intimação da decisão impugnada. Inteligência dos arts. 183, 994, VIII, e 1.003, § 5º, do CPC.

2. É atribuição inerente ao exercício da advocacia a observância dos prazos processuais para a oportuna apresentação dos requerimentos dirigidos ao juízo, de modo que a contagem do período legal é de inteira responsabilidade do advogado.

3. Hipótese em que a alegação do procurador do estado para justificar a interposição do recurso fora do prazo, de que teria sido induzido a erro pelo sistema informatizado do tribunal de origem, não se mostra sequer razoável, pois a apontada informação constante na página do TJ/SE na internet, com o título de "Relatórios Gerenciais", é de "data estimada de término do prazo" e traz a nota de que "a indicação das datas de prazo tem cunho meramente auxiliar no controle de prioridades".

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1315679/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 25/06/2019)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO. ERRO NO SISTEMA PROJUDI NO CURSO DO PRAZO, QUE NÃO NO DIA DO INÍCIO OU DO VENCIMENTO. DEVOLUÇÃO DO PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83, DO STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. O Tribunal estadual julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1707863/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. INFORMAÇÕES OBTIDAS NO SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REVELIA. JUSTA CAUSA. OBRIGAÇÃO DO PROCURADOR EM DILIGENCIAR.

Superior Tribunal de Justiça

I - O andamento do processo indicado no sistema eletrônico tem natureza meramente informativa. Erro ou atraso ocorrido na divulgação destas informações não configuram justa causa para efeito de reabertura de prazo nos termos do artigo 183, § 1º, do Código de Processo Civil. Precedente da Corte Especial.

II - No caso, caberia ao procurador da parte diligenciar pela observância do prazo legal estabelecido na legislação vigente. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1136085/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 24/06/2009)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA. INTERNET. NATUREZA MERAMENTE INFORMATIVA.

1. Tendo em vista o entendimento assentado pela Corte Especial deste Tribunal Superior de que os esclarecimentos prestados via internet possuem natureza meramente informativa, forçoso reconhecer a extemporaneidade de recurso especial interposto (q. v., verbi gratia: AgRg nos EREsp 514.412/DF, Min. Luiz Fux, DJ de 20.08.2007;

AgRg no Ag 628.210/PR, Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 18.04.2005).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 941.925/MT, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 29/09/2008)

Ademais, para conferir êxito à pretensão recursal, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, afastando a premissa de que *"não houve a comprovação de um justo motivo para a parte não ter protocolado a resposta dentro do prazo"* (e-STJ fl. 279), o que é vedado a esta Corte Superior, nos termos da Súmula 07/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, negar provimento ao recurso especial.

Considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados à fl. 196 (e-STJ) em 10% (dez por cento).

Advirta-se que a oposição de incidentes processuais infundados dará ensejo à aplicação de MULTA por conduta processual indevida (art. 1.021, § 4º e art.

Superior Tribunal de Justiça

1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

